

# A crise da dívida externa: a única saída

43 ABR 1984

Sergio Correa da Costa (\*)

A crise da dívida externa constitui um dos maiores obstáculos à recuperação da economia mundial. As recentes medidas de emergência tomadas para socorrer o Brasil e a Argentina representam passo na direção certa, mas precisarão ser mais vezes repetidas, a não ser que outras, mais ousadas, sejam adotadas para assegurar uma distribuição mais equitativa dos encargos entre emprestadores e tomadores.



A assinatura, em janeiro último, de novos empréstimos ao Brasil num total de 6,5 bilhões de dólares evidencia que os instrumentos, os recursos e a inventividade realmente existem em escala mundial. Este dinheiro foi parte de um pacote mais amplo de rescalonamento de 29 bilhões de dólares, que, abrangendo créditos interbancários e comerciais, bem como empréstimos de bancos e do FMI, permitiu ao Brasil fechar seu balanço de pagamentos em 1983 e, estamos confiantes, atravessar 1984. Não obstante, a dívida brasileira de 90 bilhões de dólares permanece.

A recente operação de salvamento da Argentina, na undécima hora, demonstrou, primeiro, que a dívida externa para com os bancos privados configura também um problema político. E, em segundo lugar, que sua solução deve ser buscada através de esforço conjunto dos atores principais, que partilham o interesse em uma saída ordeira.

tal coalizão. O que poderia ser mais desalentador para o Brasil, por exemplo, que se dar conta de que este último aumento percentual de um ponto significa que passamos agora a dever mais 700 milhões de dólares por ano?

O fato é que enfrentamos uma situação delicada, que requer boa vontade e planejamento consistente de todos os interessados. De início, os governos dos principais países credores, inclusive os Estados Unidos, devem olhar para além das operações de salvamento a curto prazo e apoiar medidas tendentes ao restabelecimento do vínculo entre comércio e finanças. Os bancos privados devem fazer mais. Não apenas têm eles interesses substanciais nos países devedores como tampouco se podem eximir de toda a responsabilidade por seu envolvimento com eles. Se tais países tomaram empréstimos excessivos na década de 70, poder-se-á argüir que os bancos emprestaram em excesso.

Seja como for, cumpre

reconhecer que os principais países devedores não podem continuar a rolar suas dívidas segundo os mesmos termos e condições do passado. Considerações de lucro a curto prazo devem ceder lugar à flexibilidade e a uma nova forma de parceria. Segundo A. W. Clausen, presidente do Banco Mundial, a combinação de amortizações da dívida e de uma drástica redução no volume de empréstimos dos bancos privados resultou, no ano passado, em uma transferência líquida de 21 bilhões de dólares, em capital de médio e curto prazo, dos países pobres para os bancos privados das nações industrializadas. Desta forma, o mundo em desenvolvimento passou a ser exportador de capital para o mundo desenvolvido. Em outras palavras, uma espécie de transfusão de sangue de um enfermo para um atleta olímpico.

Os programas de austeridade que se espera de países como o Brasil têm freqüentemente imposto custos sociais excessiva-

mente altos. A determinação de cumprir nossas obrigações não poderá ultrapassar o ponto além do qual se tornarão incontraíveis as consequências sociais, políticas e econômicas de uma recessão continuada.

Espera-se, por exemplo, do Brasil um saldo de 9 bilhões de dólares na balança comercial deste ano, gigantesco salto em relação ao ano passado. Os números do primeiro trimestre foram alentadores (um saldo de 2,4 bilhões), mas o resto do ano, contudo, permanece uma interrogação. O principal instrumento utilizado para se conseguir o superávit recorde de 6 bilhões em 1983, isto é, uma redução drástica de mais de 20% nas importações, não poderá ser mantido por muito mais tempo, sob pena de o doente vir a falecer intoxicado pelos medicamentos. Este corte em importações essenciais, que contribuiria para o prolongamento da recessão interna pelo quarto ano consecutivo, tem sido ruinoso para a nossa indústria e, obvia-

mente, nocivo aos nossos parceiros comerciais. Somente nos Estados Unidos, mais de 100 mil empregos foram perdidos no ano passado em virtude da redução de vendas ao Brasil.

O quadro, visto de Brasília, é simples. Um país em desenvolvimento, com uma enorme dívida externa e um potencial de crescimento considerável, está decidido a promover penosos ajustamentos internos para aumentar sua capacidade de crescimento. Sozinho, porém, não poderá fazê-lo. Em primeiro lugar, estamos lidando com variáveis externas totalmente fora do nosso controle (taxas de juros, barreiras protecionistas, relação de trocas, custo do petróleo, fluxos financeiros). E, em segundo lugar, a própria condição de subdesenvolvimento, pressupondo uma dependência de tecnologia, financiamentos e investimentos externos, agrava os efeitos perversos da recessão doméstica.

O que, então, deve ser feito? Não mais do que uma percentagem razoável

das receitas de exportação deve ser utilizada no serviço da dívida, de modo que níveis adequados de produção interna possam ser mantidos. Taxas de juros e comissões devem ser reduzidas. Prazos de vencimento e carência mais favoráveis devem ser assegurados: parcelas substanciais da dívida acumulada devem ser transformadas em obrigações de longo prazo. Créditos adicionais de fontes públicas e privadas devem ser colocados imediatamente à disposição. O acesso dos países devedores aos mercados mundiais precisa ser facilitado.

Sem dúvida estes objetivos são ambiciosos. Digamos, porém, de ser perseguidos, uma vez que a mecânica de interdependência global faz com que a sorte dos países devedores seja fundamental para a sobrevivência mesmo do sistema financeiro e comercial. Este forte vínculo de interesses próprios talvez constitua o melhor ponto de partida para ação.

(\*) Embaixador do Brasil em Washington.

Dentre estes atores, incluíram-se, pela primeira vez, quatro países latino-americanos, também eles devedores, que concordaram em dividir com os Estados Unidos os encargos da ajuda à Argentina. O secretário Regan provavelmente tinha razão ao dizer que o fato não significava o surgimento de um "cartel de devedores". O recente aumento das taxas de juros pode, contudo, facilmente fortalecer as vozes que clamam por uma